

Orçamento do Estado para 2017

Ministério da Administração Interna

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade



Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2017

2. Indicadores Operacionais

3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica

2. Orçamento para 2017

C. Principais Medidas

D. Projetos

1. Alargamento das parcerias para a segurança comunitária

- Implementação da Nova Geração de Contratos Locais de Segurança, nas suas diferentes tipologias, de acordo com as necessidades preventivas identificadas pelas forças de segurança, em estreita colaboração com as autarquias locais e instituições sociais
- Desenvolvimento do Programa de Prevenção da Delinquência Juvenil

2. Promoção do investimento na qualificação dos recursos humanos

- Reconhecimento das especificidades da condição policial, conferindo especial atenção à dignificação dos agentes dos serviços e forças de segurança, designadamente através da regulamentação de normas relativas aos respetivos estatutos

3. Reorganização das estruturas de suporte à atividade operacional das Forças de Segurança

- Externalização dos serviços de refeitórios, bares e oficinas das Forças de Segurança
- Substituição de polícias em funções administrativas por civis em regime de mobilidade
- Partilha de recursos entre serviços, como a criação de uma central única de aquisição de fardas e equipamentos
- Implementação de medidas tecnológicas nas atividades de suporte, o que permitirá reforçar e centrar os recursos na componente operacional

4. Implementação da Lei da Programação das Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança

- Programação e orientação estratégica do investimento nas Forças e Serviços de Segurança, para o período 2017-2021, no sentido de dotar os efetivos com equipamento de proteção individual e especializado, de modernizar as infraestruturas, a frota de veículos, o armamento, bem como as tecnologias de informação e comunicação (450M€)

5. Desenvolvimento e reforço da dimensão externa da segurança interna

- Expansão e aprofundamento da cooperação internacional, nos níveis bilateral e multilateral, especialmente no âmbito do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça da UE e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com os parceiros da bacia do Mediterrâneo
- Incremento da cooperação internacional na prevenção e no controlo da criminalidade grave, violenta e altamente organizada
- Afirmação de uma política de imigração e de controlo de fronteiras baseada no princípio da solidariedade e na criação de instrumentos de coordenação e fiscalização eficazes

6. Implementação da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva e de Robustez Operacional

- Reforço da capacidade de monitorização e gestão dos riscos, dos sistemas de alerta e de aviso às populações e do envolvimento dos cidadãos para a construção de comunidades mais resilientes a catástrofes
- Reforço do patamar municipal do Sistema Nacional de Proteção Civil, através da descentralização de competências e da criação de Unidades Locais de Proteção Civil nas freguesias
- Valorização do voluntariado, através do reforço da proteção social e de novos incentivos aos bombeiros
- Modernização das infraestruturas e dos equipamentos dos bombeiros e demais agentes de proteção civil, com recurso a fundos comunitários

7. Plena execução do Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (2016-2020)

- Instalação e ampliação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade e reforço de meios das Forças de Segurança
- Simplificação do processo contraordenacional, através da modernização dos sistemas de informação e a melhoria da sua vertente administrativa, permitindo uma decisão atempada dos autos
- Cooperação com os municípios portugueses na elaboração de planos municipais e intermunicipais de segurança rodoviária e nas avaliações técnicas das áreas de concentração de acidentes

8. Reforço da participação democrática no processo eleitoral

- Introdução, nas leis eleitorais para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e do Presidente da República, do Voto Antecipado em Mobilidade, eliminando as restrições objetivas ao exercício antecipado do direito de voto
- Possibilidade do exercício do direito do voto em qualquer parte do país
- Garantia dos princípios fundamentais da liberdade do exercício do direito de voto, da unicidade e da confidencialidade do voto

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2017
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

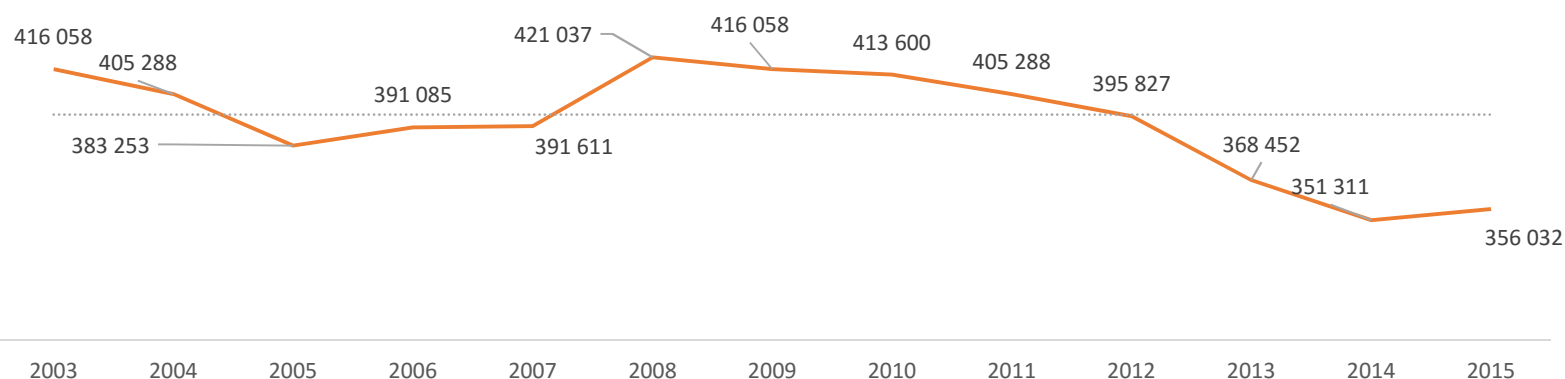
1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2017

C. Principais Medidas

D. Projetos

CRIMINALIDADE PARTICIPADA

Número de crimes participados

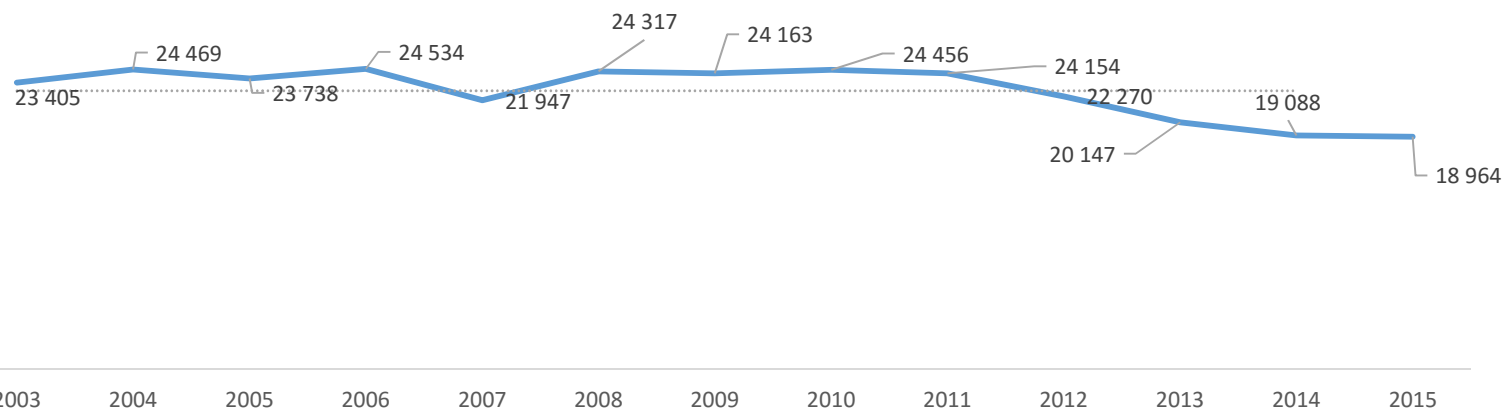


Fonte: RASI

- Em 2015 verificou-se uma pequena inversão na tendência observada nas participações registadas nos últimos anos (+1,3%), para o qual contribuiu: o aumento do crime de “*incêndio fogo posto em floresta, mata, arvoredos ou seara*”; e a criação de uma nova categoria de crimes “*contra animais de companhia*”, que passou a ser contabilizada a partir de 2014
- Durante o 1.º semestre de 2016 verifica-se uma redução de 13.783 participações, o que representa uma descida de 8% relativamente ao período homólogo de 2015

CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

Número de crimes violentos e graves



Fonte: RASI

- Em 2015 verificou-se um ligeiro decréscimo na criminalidade violenta e grave (-0,6%), o que vem ao encontro da tendência registada desde 2011
- Durante o 1.º semestre de 2016 verifica-se uma redução de 1.203 participações, o que representa uma descida de 12,6% relativamente ao período homólogo de 2015

PROTEÇÃO E SOCORRO

Eficácia do Ataque Inicial

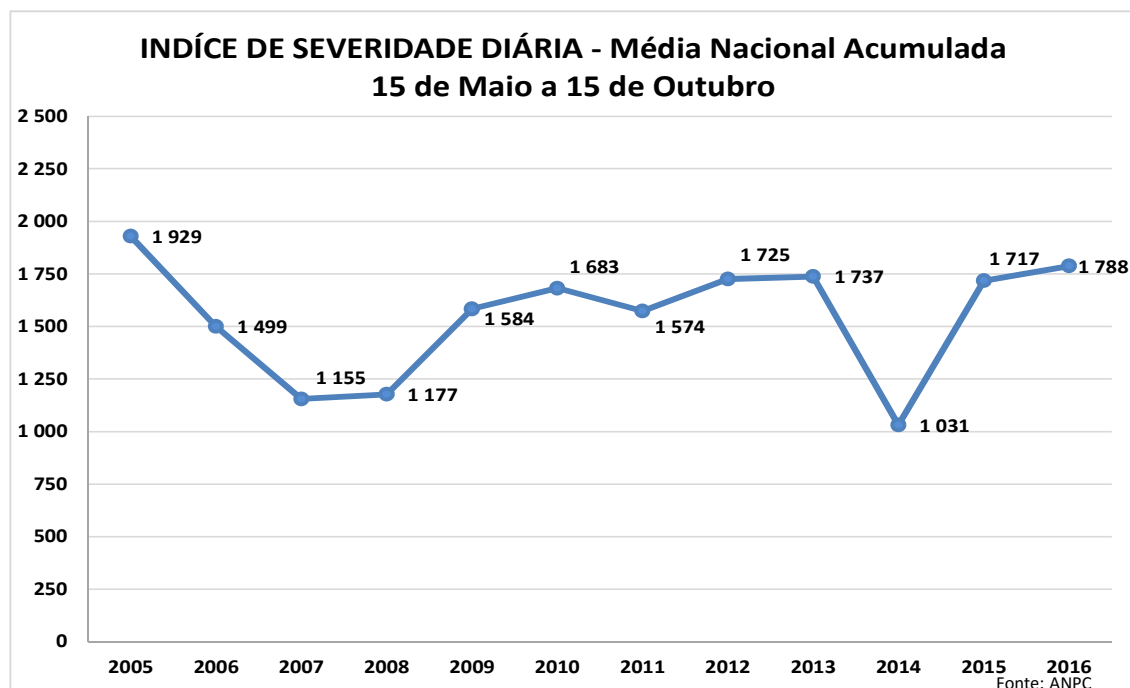


2016-até 15 out
Fonte: ANPC

Neste ano houve uma diminuição relativa do indicador de tempo médio de chegada do primeiro meio ao teatro de operações, embora tivesse havido uma deterioração relativa da taxa de resolução do ataque inicial, devida à simultaneidade de ocorrências (18 dias com mais de 200 ocorrências)

PROTEÇÃO E SOCORRO

Índice de severidade diária



Verão de 2016:

- Foi o 2.º mais quente desde 1931 (depois de 2005)
- O valor médio da temperatura máxima do ar registado foi o valor mais alto desde 1931
- Foi o 5.º mais seco desde 1931 (depois de 1938, 1996, 2005 e 1965).

Este parâmetro resulta da transformação do índice de perigo de incêndio (FWI) produzido pelo IPMA, que combina informação meteorológica (temperatura, humidade relativa, vento e quantidade de precipitação) e que reflete, comparativamente com outros anos, o esforço necessário para a supressão de incêndios

SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

Número de mortos a 30 dias

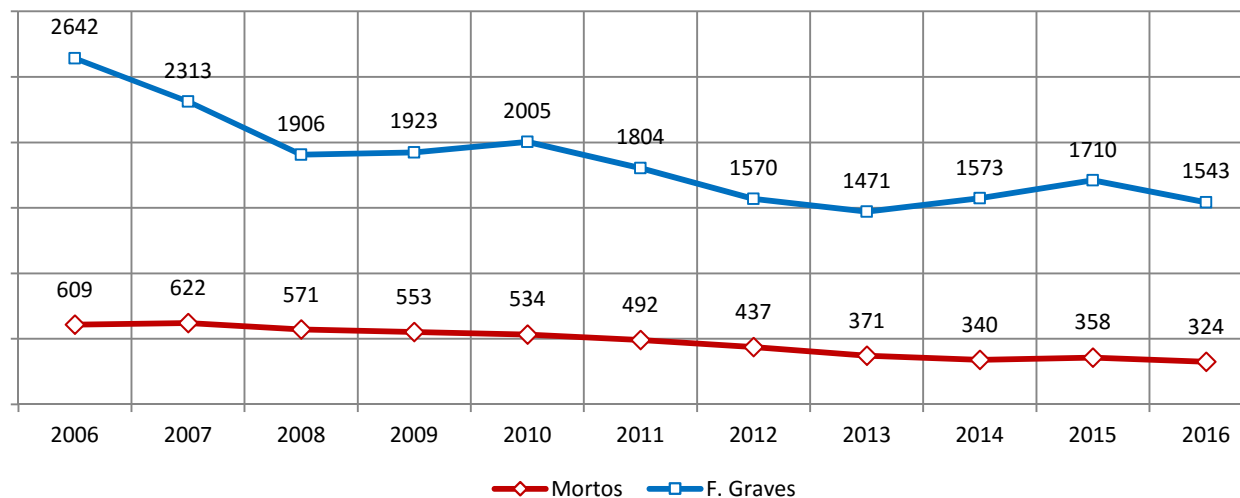


Fonte: ANSR
 Entre 2006 e 2009, o número de mortos a 30 dias foi estimado (majoração de 27% face ao número de mortos no local do acidente)

- Registou-se uma redução do número de mortos face a 2014, tendo sido superado um dos objetivos da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2009-2015: diminuiu-se para 60 mortos/milhão de habitantes, sendo o objetivo da Estratégia para 2015 62 mortos/milhão de habitantes
- O número de feridos graves aumentou

SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

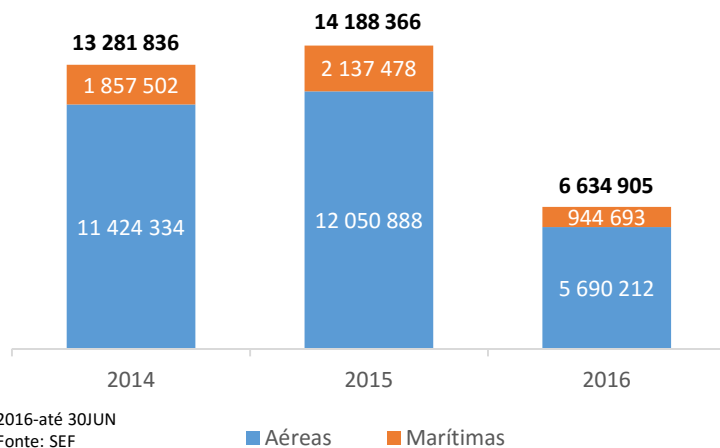
No local do acidente (janeiro a setembro)



- Nos valores apresentados foi considerada a sinistralidade rodoviária no local do acidente entre 1 de janeiro e 30 de setembro de cada ano
- Até setembro de 2016 registou-se uma redução do número de mortos e feridos graves

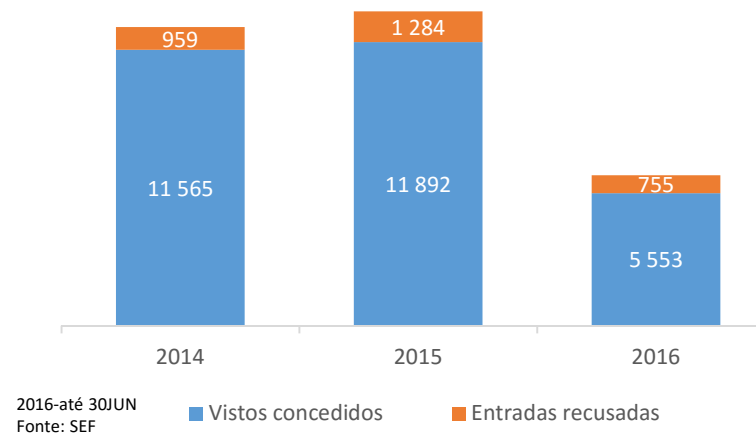
CONTROLO DE FRONTEIRAS

Número de pessoas



VISTOS E RECUSA DE ENTRADA

Número de pessoas



- Em 2015, foram controladas nas fronteiras portuguesas mais de 14 milhões de pessoas, o que representa um acréscimo de 6,8% relativamente a 2014
- Em 2015, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras concedeu 11.633 vistos de curta duração e 259 vistos especiais, o que traduz um acréscimo de 3% relativamente a 2014
- As recusas de entrada em Portugal a estrangeiros que não reuniam as condições legalmente previstas ascenderam a 1.284 em 2015 (+ 33,9%, face a 2014)
- Apresentam-se ainda os dados de 2016, reportados a 30 de junho, que estão em linha com o período homólogo dos anos anteriores

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2017
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2017

C. Principais Medidas

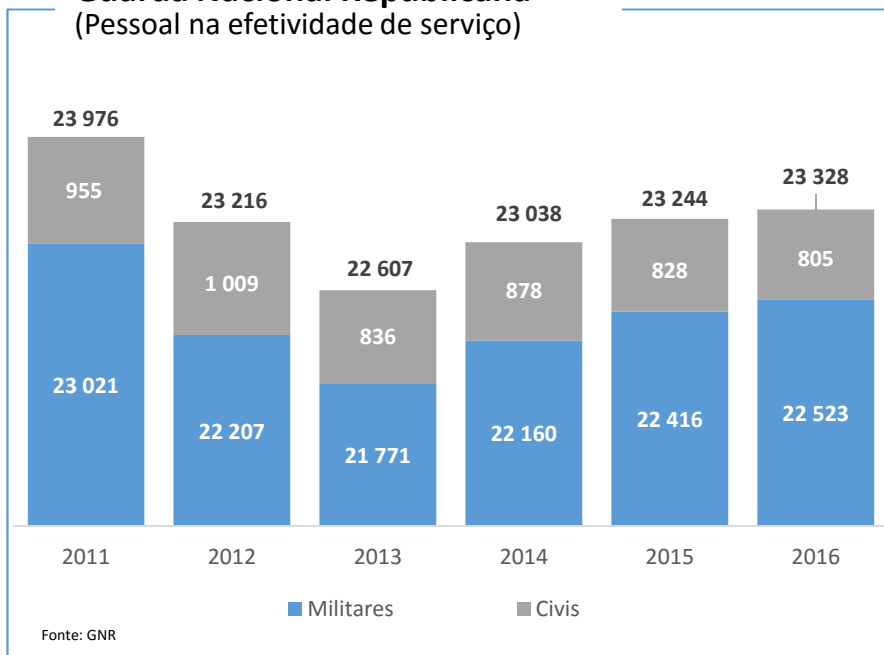
D. Projetos

Evolução do Mapa de Pessoal Global do MAI

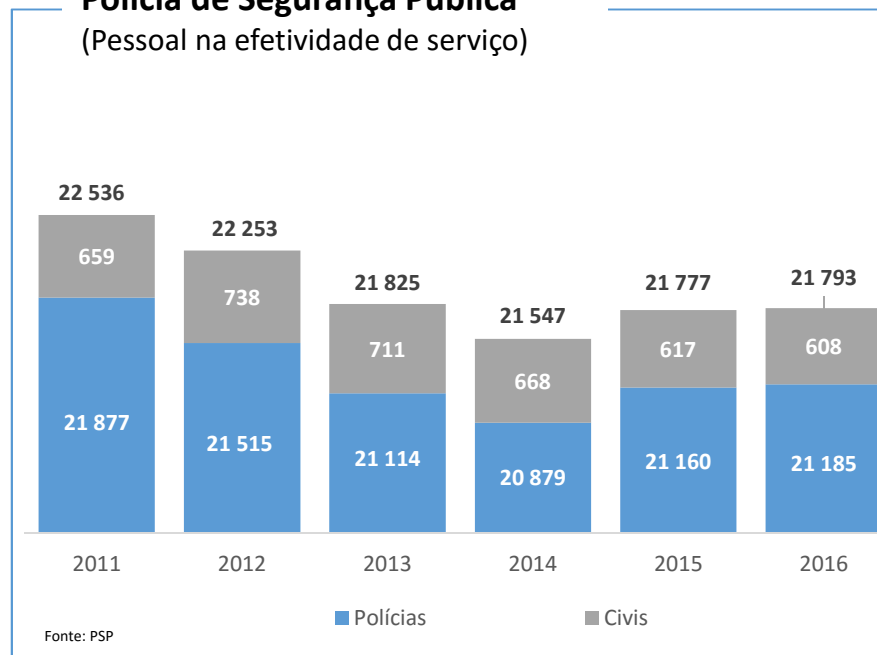
Mapas aprovados			
SERVIÇOS	2016	2017	Δ 17-16
Guarda Nacional Republicana (GNR)	24 740	24 740	0
Polícia de Segurança Pública (PSP)	21 715	21 715	0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1 410	1 410	0
Secretaria-Geral do MAI (SGMAI)	256	254	-2
Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)	246	246	0
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	120	120	0
Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI)	48	48	0
Serviços Sociais GNR (SSGNR)	216	216	0
Serviços Sociais PSP (SSPSP)	48	48	0
Cofre de Previdência PSP (CPPSP)	9	9	0
Gabinetes MAI	48	48	0
TOTAL	48 856	48 854	-2

- Em 2017, os efetivos previstos nos mapas de pessoal mantiveram-se face a 2016, com exceção da SGMAI onde se verificou a redução de 2 postos de trabalho

Guarda Nacional Republicana
(Pessoal na efetividade de serviço)

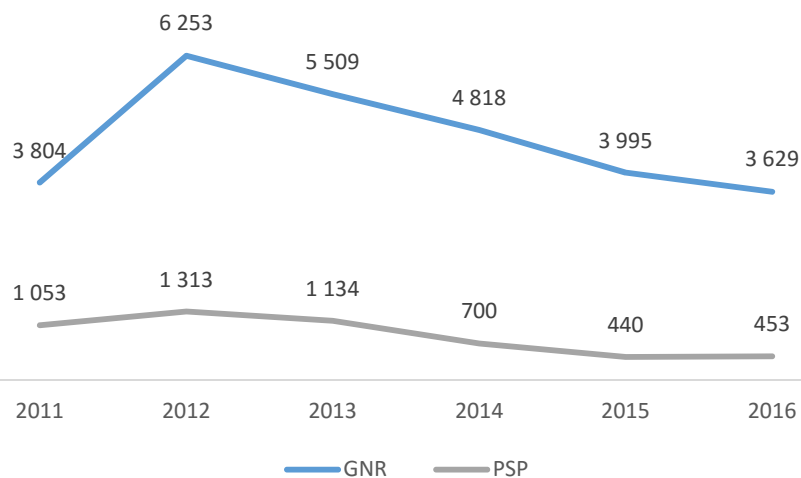


Polícia de Segurança Pública
(Pessoal na efetividade de serviço)



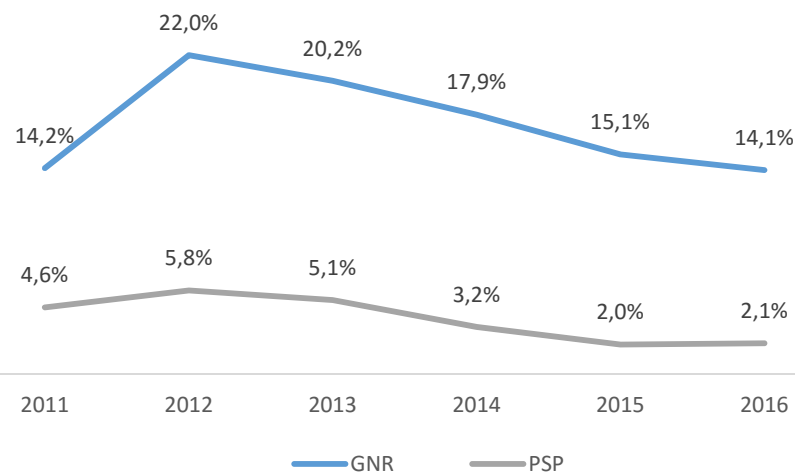
- O pessoal da GNR na efetividade de serviço ascende em 2016 a 23.328 militares e civis (acrescendo nestes últimos 924 elementos contratados para integrar a Rede Nacional de Postos de Vigia)
- O pessoal da PSP na efetividade de serviço ascende a 21.463 polícias e civis
- Os valores de 2016 incluem 325 formandos para os Cursos de Formação de Oficiais e Guardas da GNR e 330 formandos para o Curso de Formação de Oficiais e Agentes da PSP

Pessoal na reserva / pré-aposentação
(N.º de efetivos)



2016: até 30JUN
Fonte: GNR e PSP

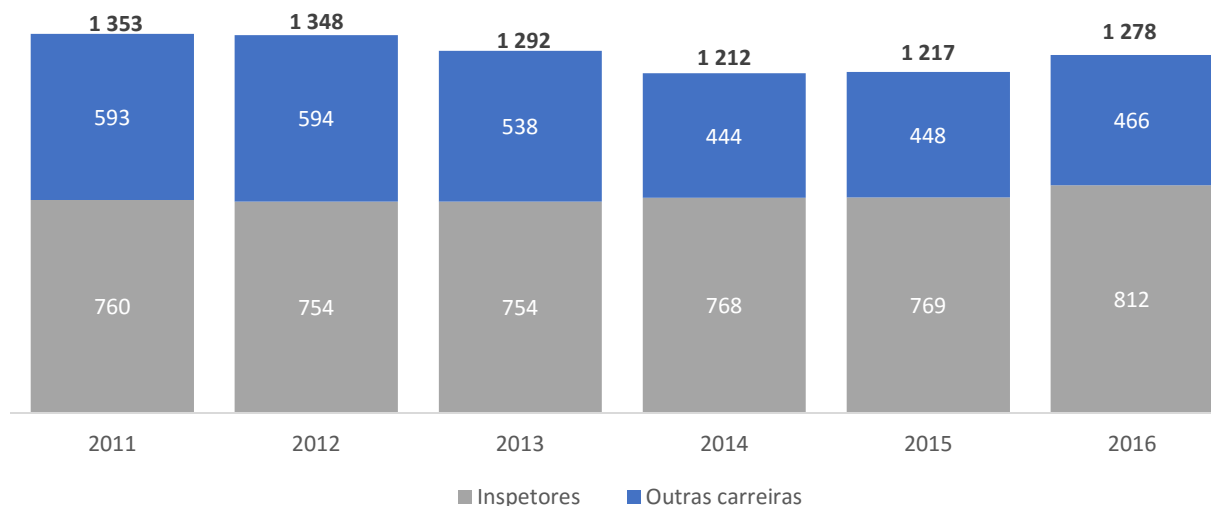
Peso da reserva / pré-aposentação no total
(% do total)



2016: até 30JUN
Fonte: GNR e PSP

- Na GNR o n.º de militares na situação de reserva tem vindo a reduzir-se de forma consolidada, atingindo, em 30 de junho de 2016, 3.629 efetivos (14,1% dos efetivos totais)
- Na PSP o n.º de agentes na situação de pré-aposentação tem vindo a reduzir-se, atingindo, em 30 de junho de 2016, 453 efetivos (2,1% dos efetivos totais)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (N.º de efetivos)



2016: até 30/JUN
Fonte: SEF

- A 30 de junho de 2016, os efetivos do SEF apresentam uma evolução positiva (+5%), quer em termos de inspetores, quer noutras carreiras profissionais
- Este reforço ao nível dos recursos humanos terá continuidade em 2017

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna, privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

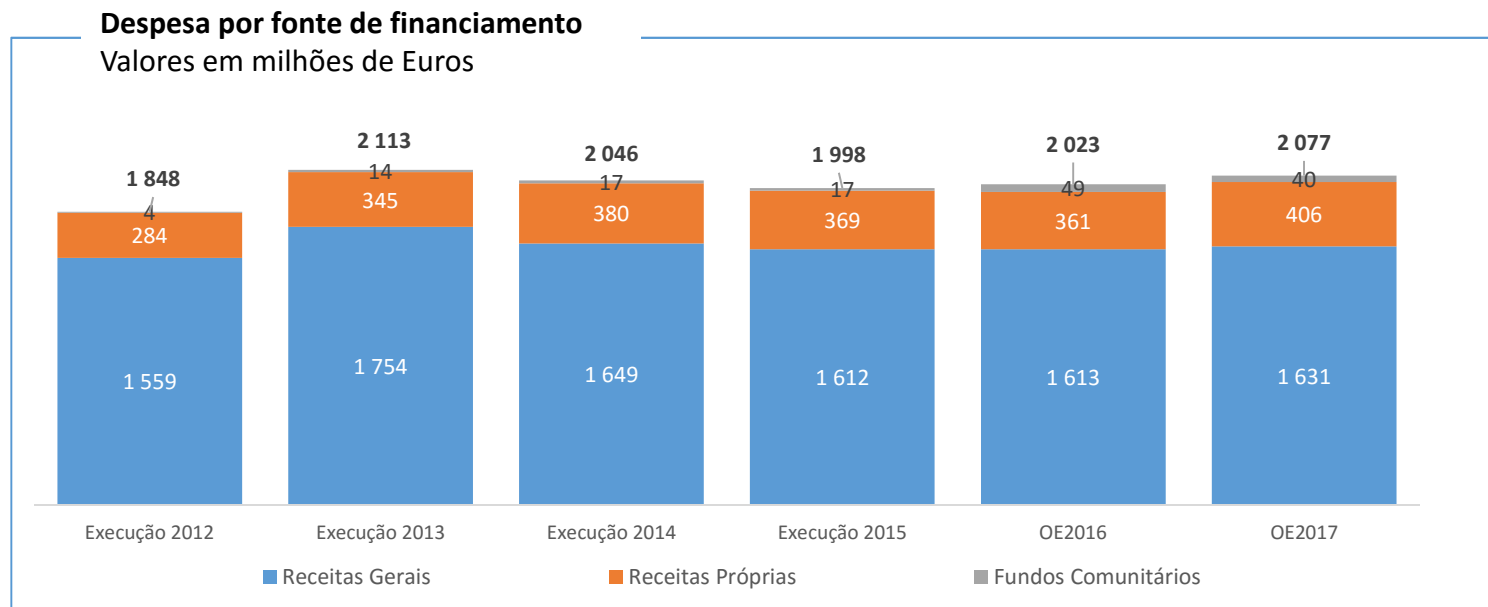
1. Grandes Opções do Plano para 2017
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2017

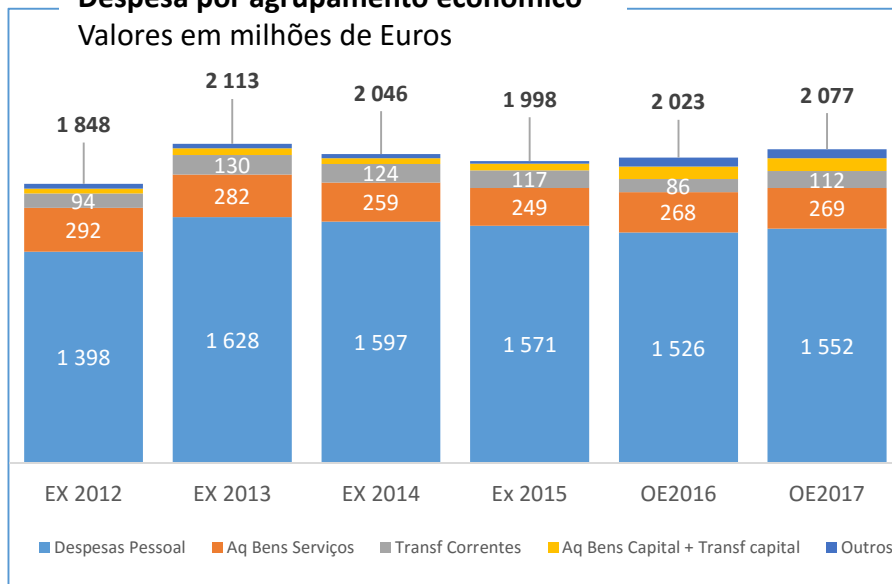
C. Principais Medidas

D. Projetos



- O orçamento do MAI para 2017 é de 2.077 M€
- Regista-se um acréscimo de 54 M€ face ao ano de 2016, dos quais:
 - 18M€ em Receitas Gerais e
 - 45M€ em Receitas Próprias
- Verifica-se ainda um decréscimo de 9 M€ relativamente aos Fundos Comunitários face ao ano 2016

Despesa por agrupamento económico
Valores em milhões de Euros



Despesas com Pessoal por Organismo
Valores em milhares de Euros

Despesas com Pessoal	Dotação Inicial		
	2016	2017	Δ 17-16
GNR	780 548	788 500	7 952
PSP	666 546	679 927	13 381
SEF	50 934	53 519	2 585
ANPC	8 367	8 688	321
SGMAI	7 567	7 890	323
SSGMR	2 803	3 522	719
ANSR	3 107	3 190	83
AGMAI (Gabinetes)	2 209	2 514	305
IGAI	2 059	2 047	-12
SSPSP	1 456	1 468	12
CPPSP	238	280	42
Total	1 525 834	1 551 545	25 711

- No OE 2017 foram reforçadas as dotações de despesas com o pessoal em 26M€, com especial destaque para:
 - PSP – 13,4M€
 - GNR – 8M€
 - SEF – 2,6M€

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2017
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2017

C. Principais Medidas

D. Projetos

Orçamento Agregado do MAI

Valores em milhares de Euros

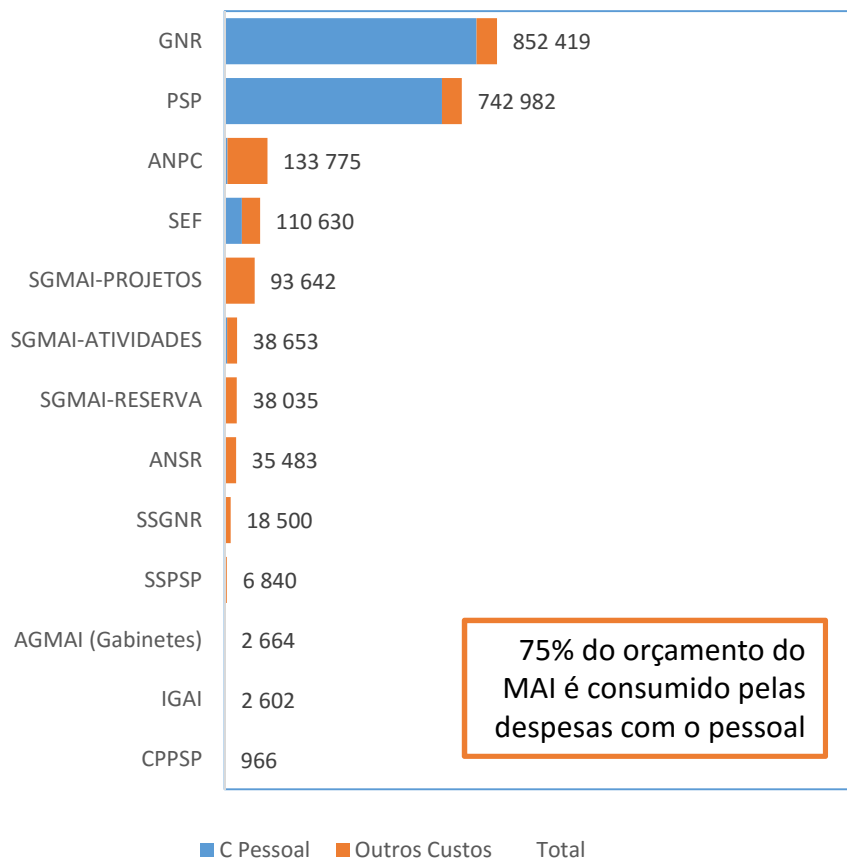
	ORÇAMENTO 2017			TOTAL
	RG	RP	FC	
GNR	771 783	74 354	6 283	852 420
PSP	627 532	112 574	2 877	742 983
ANPC-ATIVIDADES	80 000	52 700	485	133 185
SEF	19 500	68 169	22 960	110 629
SGMAI-PROJETOS	65 812	23 495	4 335	93 642
SGMAI - ATIVIDADES	22 824	15 804	25	38 653
SGMAI-RESERVA	38 035	0	0	38 035
ANSR	0	33 160	2 323	35 483
SSGNR	0	18 500	0	18 500
SSPSP	0	6 487	353	6 840
AGMAI (Gabinetes)	2 664	0	0	2 664
IGAI	2 600	2	0	2 602
CPPSP	0	966	0	966
ANPC-PROJETOS	250	0	340	590
Total	1 631 000	406 211	39 981	2 077 191

- O orçamento do MAI é de 2.077M€*
- Este orçamento é financiado com 1.631M€ de Receitas Gerais, 406M€ de Receitas Próprias e 40M€ de Fundos Comunitários

* sem cativos e sem consolidação entre organismos

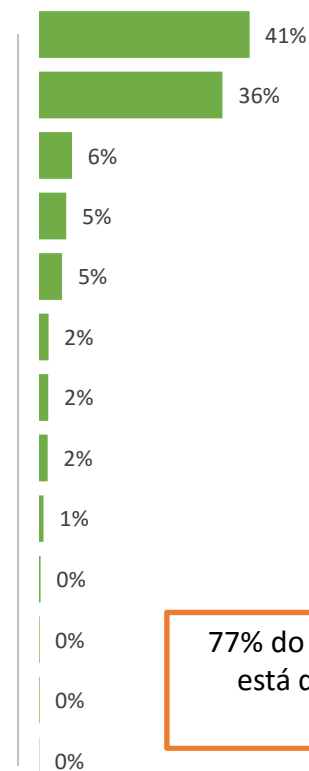
Despesas com Pessoal

Valores em milhares de Euros



75% do orçamento do MAI é consumido pelas despesas com o pessoal

Peso de cada entidade no orçamento do MAI

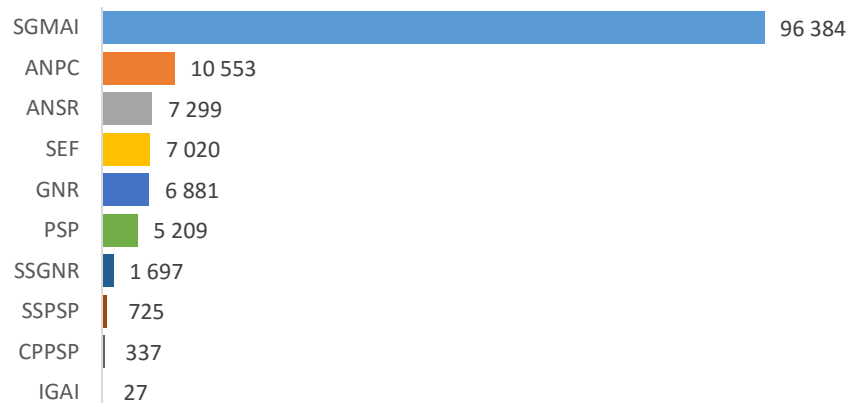


77% do orçamento do MAI está diretamente afeto à GNR e à PSP

Orçamento de Investimento

Valores em milhares de Euros

Investimento	
OE 2017	
SGMAI	96 384
ANPC	10 553
ANSR	7 299
SEF	7 020
GNR	6 881
PSP	5 209
SSGNR	1 697
SSPSP	725
CPPSP	337
IGAI	27
Total	136 132



Análise

- 136,1 M€ para investimento
- 96,4 M€ em projetos coordenados pela Secretaria-Geral, dos quais 91 M€ dizem respeito à Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança
- A par da Lei de Programação, mantêm-se dotações de investimento nos orçamentos das Forças e Serviços de Segurança a gerir pelas mesmas (19,1 M€)
- A ANPC tem a gestão de 10,5 M€ de investimento

Lei de Programação

Valores em milhares de Euros

Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança							
Medidas	2017	2018	2019	2020	2021	Total	Peso %
Sistemas de tecnologias de informação e comunicação	60 496	53 847	44 760	46 755	46 325	252 183	55%
Infraestruturas	18 280	19 649	22 261	23 476	23 086	106 752	23%
Veículos	4 155	11 120	16 100	15 400	15 500	62 275	14%
Equipamento para funções especializadas	3 067	2 865	1 890	1 960	2 320	12 102	3%
Armamento	2 138	980	3 630	1 050	1 380	9 178	2%
Equipamento de proteção individual	2 285	1 460	1 280	1 280	1 310	7 615	2%
Equipamento de apoio à atividade operacional	500	1 000	1 000	1 000	1 000	4 500	1%
Total	90 921	90 921	90 921	90 921	90 921	454 605	100%

Análise

- 454,6 M€ para investimento (2017 – 2021)
- 90,9 M€ de investimento por ano
- 55% do investimento é em tecnologias de informação e comunicação
- **Prioridade para a proteção individual dos efetivos operacionais e para a melhoria das infraestruturas, dos veículos e meios operacionais**

Orçamento da GNR

Valores em milhares de Euros

GNR				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESPESAS COM PESSOAL	780 548	788 500	7 952	93%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	49 691	52 177	2 486	6%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	597	3 803	3 206	0%
OUTRAS DESPESAS	1 172	1 058	-114	0%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	26 795	6 881	-19 913	1%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 517	0	-4 517	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
Total	863 320	852 419	-10 900	100%

Análise

- O orçamento da GNR para 2017 foi reforçado nas despesas com o pessoal (+8M€) e na aquisição de bens e serviços (+2,5M€), face à execução prevista para o corrente ano
- As reduções verificadas no investimento (-19,9M€ na aquisição de bens de capital e -4,5M€ nas transferências de capital) são o reflexo da Lei de Programação, através da qual a grande maioria do investimento passa a estar concentrado no orçamento de projetos da SGMAI (programação plurianual)

Orçamento da PSP

Valores em milhares de Euros

PSP				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESpesas com pessoal	666 546	679 927	13 381	92%
Aquisição de bens e serviços	52 000	50 593	-1 407	7%
Juros e outros encargos	30	30	0	0%
Transferências correntes	2 793	5 294	2 501	1%
Outras despesas	1 751	1 928	177	0%
Aquisição de bens de capital	11 708	5 209	-6 499	1%
Transferências de capital	0	0	0	0%
Ativos financeiros	0	0	0	0%
Passivos financeiros	0	0	0	0%
Total	734 829	742 982	8 153	100%

Análise

- O orçamento da PSP para 2017 é superior em 8,2 M€ em relação a 2016, com especial destaque para as despesas com o pessoal (+13,4M€) de forma a acomodar o impacto do novo Estatuto do Pessoal
- A redução de 1,4M€ em aquisição de bens e serviços traduz um esforço de racionalização de meios nos consumos intermédios, em virtude da externalização de alguns serviços de suporte
- A redução verificada no investimento (-6,5M€ na aquisição de bens de capital) é o reflexo da Lei de Programação, através da qual a grande maioria do investimento passa a estar concentrado no orçamento de projetos da SGMAI (programação plurianual)

Orçamento do SEF

Valores em milhares de Euros

SEF	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESPESAS COM PESSOAL	50 934	53 519	2 584	48%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	27 699	30 170	2 470	27%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2 416	18 445	16 029	17%
OUTRAS DESPESAS	1 363	1 477	113	1%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3 564	7 020	3 456	6%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
Total	85 977	110 630	24 653	100%

Análise

- Reforço de 24,7 M€ no orçamento do SEF, com especial destaque para as despesas com o pessoal (+2,6M€ para o ingresso de 45 inspetores)
- Aumento das transferências correntes (+16M€ proveniente do apoio da União Europeia aos refugiados) e da aquisição de bens de capital (+3,5M€ por via de financiamento comunitário)
- Parte do investimento do SEF será ainda assegurado pela Lei de Programação, de acordo com os projetos inscritos no orçamento de projetos da SGMAI

Orçamento da ANPC

Valores em milhares de Euros

ANPC				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESPEAS COM PESSOAL	8 367	8 688	321	7%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	49 607	49 919	311	37%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59 918	62 482	2 564	47%
OUTRAS DESPEAS	1 249	1 293	44	1%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9 809	10 553	744	8%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	250	250	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
Total	129 201	133 185	3 983	100%

Análise

- Reforço em 2017 do orçamento da ANPC em 4M€
- O acréscimo de 2,6M€ em transferências correntes destina-se a assegurar o DECIF 2017 e o apoio às AHB
- Foi ainda possível assegurar 10,6M€ para investimento, onde se incluiu a reparação dos helicópteros Kamov

Orçamento da ANSR

Valores em milhares de Euros

ANSR				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESPEAS COM PESSOAL	3 107	3 190	82	9%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10 560	12 536	1 977	35%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	15	30	15	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 300	10 950	650	31%
OUTRAS DESPEAS	1 107	1 479	372	4%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6 213	7 299	1 086	21%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
Total	31 302	35 484	4 181	100%

Análise

- Previsão de aumento de 4,2 M€ no orçamento da ANSR (receita própria)
- Investimento projetado atinge os 7,3 M euros (essencialmente em projetos tecnológicos)

Orçamento da IGAI

Valores em milhares de Euros

IGAI				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESPEAS COM PESSOAL	2 059	2 047	-12	79%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	432	487	55	19%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	0	0	0%
OUTRAS DESPEAS	22	42	20	2%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	19	27	7	1%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
Total	2 532	2 602	70	100%

Análise

- Reforço do orçamento da IGAI em 70m€, designadamente para aquisição de bens e serviços (+55m€) e outras despesas (+20m€)

Orçamento da Secretaria-Geral - Atividades

Valores em milhares de Euros

SGMAI - Atividades				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESpesas com pessoal	7 567	7 890	323	20%
Aquisição de bens e serviços	11 603	12 693	1 090	33%
Juros e outros encargos	1	0	-1	0%
Transferências correntes	9 442	10 293	851	27%
Outras despesas	6 163	5 035	-1 128	13%
Aquisição de bens de capital	5 822	2 742	-3 080	7%
Transferências de capital	0	0	0	0%
Ativos financeiros	0	0	0	0%
Passivos financeiros	0	0	0	0%
Total	40 598	38 653	-1 945	100%

Análise

- Redução de 2M€ no orçamento de atividades da Secretaria-Geral do MAI, que reflete a transferência de investimento (-3,1M€) para a Lei de Programação e para o seu orçamento de projetos

Orçamento dos Gabinetes do MAI

Valores em milhares de Euros

AGMAI				
	DI 2016	POE 2017	Δ 17-16	Peso % OE 2017
DESPESAS COM PESSOAL	2 209	2 514	305	94%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	195	150	-45	6%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	0	0	0%
OUTRAS DESPESAS	0	0	0	0%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	0	0	0	0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0	0	0%
ATIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0%
Total	2 403	2 664	261	100%

Análise

- A dotação orçamental para os gabinetes governamentais observa um ligeiro acréscimo (+0,261M€)

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2017
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2017

C. Principais Medidas

D. Projetos

Implementação da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança

Permite priorizar, numa perspetiva plurianual (2017-2021), as opções de investimento e conferir celeridade e racionalização na despesa e nos respetivos procedimentos

- **Quanto às infraestruturas:**
 - Análise da operacionalidade e funcionalidade das instalações policiais
 - Identificação das prioridades de intervenção, quer ao nível da requalificação, quer de novas instalações
 - Libertação das instalações não necessárias ao cumprimento da missão de segurança interna
- **Quanto aos equipamentos:**
 - Reforço dos equipamentos de proteção individual, como condição necessária ao exercício da missão
 - Reforço dos equipamentos para as funções especializadas (v.g. investigação criminal, segurança rodoviária), para garantia do cumprimento das missões atribuídas
 - Programação da renovação da frota automóvel, reduzindo a idade média das viaturas e conseqüente diminuição dos encargos relativos à manutenção

❑ Implementação da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança (continuação)

- **Quanto às tecnologias de informação e comunicação:**
 - Reforço da rede de comunicações de emergência e segurança (SIRESP), através da instalação de novas torres SIRESP e melhoria das infraestruturas de suporte da rede; ampliação do projeto de Georreferenciação (SIRESP GL) e implementação do SIRESP ST, de modo a permitir a localização exata das ocorrências
 - Investimento no âmbito da segurança e reforço das comunicações de dados da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) – melhoria dos serviços de videoconferência e de comunicações VOIP com recurso à RNSI
 - Entrada em pleno funcionamento do novo modelo do 112, com duas centrais de atendimento a Sul e a Norte; implementação das novas centrais de atendimento nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, bem como o sistema eCall, para agilização da resposta às emergências em acidentes rodoviários e a plataforma de videochamada para o atendimento de cidadãos surdos
 - Reforço da cibersegurança no MAI com novos sistemas de gestão e segurança
 - Desenvolvimento do GEOMAI – plataforma de informação geográfica partilhada por todos os Serviços e Forças de Segurança, com enormes potencialidades nos sistemas de gestão e controlo operacional

☐ Medidas de racionalização de meios e de recursos

Libertação de recursos humanos das Forças de Segurança para trabalho operacional, designadamente através de:

- *Outsourcing* com vista à externalização das messes, refeitórios e bares
- Implementação de uma nova metodologia na aquisição, distribuição e venda de fardamento
- Substituição de efetivos militares e policiais das Forças de Segurança, atualmente empenhados em tarefas administrativas, por civis, por recurso a programas específicos de mobilidade
- Utilização das tecnologias de informação e comunicação (Sistema de Gestão de Transporte de Armas, Munições e Explosivos; Sistema de Gestão de Eventos de Tráfego; Inquirição de testemunhas por videoconferência)

☐ Medidas de Segurança Comunitária

- **Nova Geração de Contratos Locais de Segurança** - Instrumento privilegiado para colocar em prática a cooperação institucional à escala local entre administração central, autarquias e parceiros locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção



**MAI
Município**

Área de intervenção - o Município

Estratégias de prevenção criminal face às baixas taxas de criminalidade

Forte envolvimento dos Conselhos Municipais de Segurança



**MAI
Bairro**

Área de intervenção – zonas urbanas de risco social

Estratégias de prevenção e repressão criminal em função da tipologia de crimes



**MAI
Cidadão**

Área de intervenção – onde ocorram fenómenos atípicos e/ou específicos suscetíveis de alterar o quotidiano dos cidadãos

☐ Medidas de Segurança Comunitária (cont.)

- Continuidade dos **Programas Especiais de Policiamento de Proximidade** tais como: “Apoio 65”, “Idosos em Segurança”, “Escola Segura”, “Comércio Seguro”, “Táxi Seguro”, “Farmácia Segura”, “Operação Férias”, “Chave Direta”, “Apoio à Vítima”, “Violência Doméstica”, “Residência Segura”, “Estou Aqui”, etc.
- **Combate à Violência Doméstica**
 - Início do Funcionamento da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios para compreensão dos fatores de risco a partir do estudo das ocorrências e potenciação do evitamento de situações futuras
 - Reforço e diversificação da formação das Forças de Segurança, nomeadamente formação de formadores MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade), atualização para formadores MIPP, Investigação Criminal, Análise retrospectiva de casos de homicídio, direitos humanos, seja internamente, seja através da colaboração com entidades externas
- Aposta no desenvolvimento de um **Plano Nacional de Prevenção da Delinquência Juvenil** através dos contratos locais de segurança, do envolvimento coordenado das Forças de Segurança e de formação especializada das mesmas

Promoção do investimento na qualificação dos recursos humanos

- Aprovação do novo Estatuto dos militares da GNR e respetiva regulamentação
- Regulamentação do Estatuto do pessoal com funções policiais da PSP, aprovado pelo Decreto Lei n.º 243/2015, de 19 de novembro, entre outros, a aprovação do Regulamento Disciplinar da PSP
- Prevenção do Suicídio nas Forças de Segurança

Outras medidas

- Avaliação e Regulamentação do Regime Jurídico da Segurança Privada
- Utilização da videovigilância pelas Forças de Segurança
- Alteração da lei das armas

☐ Reforço da cooperação policial internacional

- Criação e implementação da Unidade para a Cooperação Policial Internacional (vulgo *Single Point of Contact* – SPOC), no âmbito do Sistema de Segurança Interna (SSI) e sob a égide do seu Secretário-Geral
- Reforço da interoperabilidade e da partilha de informação entre FSS nacionais e também nos níveis europeu e internacional
- Desenvolvimento e aprofundamento da cooperação internacional, nos níveis bilateral e multilateral, designadamente no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da União Europeia; da CPLP; e com os parceiros da bacia do Mediterrâneo, nomeadamente, no quadro do “Diálogo 5 + 5” e do “G4”
- Alargamento da rede de Oficiais de Ligação do MAI
- Participação das FSS nacionais em projetos europeus e internacionais de cooperação policial

☐ Reforço da participação em missões internacionais

- Aumento da participação nacional em missões/operações das Nações Unidas e da União Europeia
- Aumento do número de elementos das FSS e de peritos nacionais destacados em organizações e organismos internacionais
- Novas missões da GNR no quadro da Força Europeia de Gendarmerie (EUROGENDFOR)

☐ **Afirmação de uma política de imigração e de controlo de fronteiras baseada no princípio da solidariedade e na salvaguarda da segurança interna e do Espaço Schengen.**

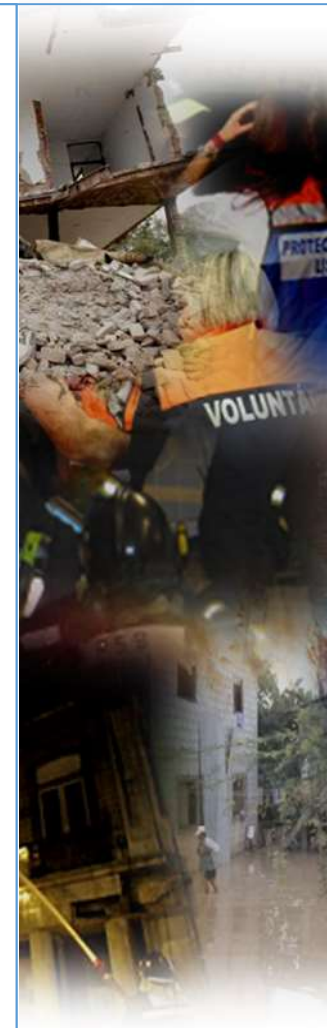
- Incremento dos dispositivos associados ao acolhimento humanitário de refugiados/requerentes de proteção internacional, no âmbito quer do programa nacional quer dos programas de Recolocação e de Reinstalação da UE
- Reforço da segurança no controlo de fronteiras, salvaguardando a segurança interna e do Espaço Schengen
- Aumento da participação nacional (em termos de missões/operações e de peritos destacados) no quadro da FRONTEX , do EASO e da EUROPOL
- Participação ativa na nova Agência da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, incluindo o aprontamento e destacamento do contingente nacional para a “reserva de reação rápida”
- Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras
- Aumento da participação de peritos nacionais em missões de avaliação Schengen a outros países
- Preparação das missões de Avaliação Schengen a Portugal, que decorrerão em 2017, corrigindo lacunas e desconformidades
- Participação nacional nas políticas e medidas europeias face a países terceiros em matéria de imigração

☐ **Reforço e consolidação do patamar municipal do sistema**

- Clarificação das competências dos órgãos de coordenação e execução da política de proteção civil
- Reforço e consolidação dos serviços municipais de proteção civil, melhorando os níveis de coordenação operacional à escala concelhia
- Descentralização de competências nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

☐ **Melhoria da eficiência do sistema**

- Valorização da proteção civil preventiva, investindo no planeamento de emergência, na minimização de riscos e nos sistemas de alerta e de aviso às populações
- Clarificação e consolidação dos níveis de coordenação institucional e comando operacional no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
- Elaboração de um programa nacional de incentivo à criação de Agrupamentos dos Corpos de Bombeiros Voluntários
- Revisão do estatuto e das carreiras dos Bombeiros Profissionais



☐ Melhoria da resposta operacional

- Alargamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) dos Corpos de Bombeiros Voluntários
- Reforço do empenhamento operacional da Força Especial de Bombeiros da ANPC e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR
- Reparação dos dois helicópteros pesados KAMOV, que se encontram inoperacionais desde 2013 e 2015 respetivamente
- Investimento em quartéis de bombeiros, viaturas e equipamentos operacionais dos Bombeiros, do GIPS/GNR e da ANPC, com recurso a fundos comunitários do POSEUR
- Investimento em Infraestruturas dos Comandos Distritais de Operações de Socorro e Bases de Apoio Logístico da ANPC
- Expansão das equipas de busca e salvamento da PSP à Região Autónoma dos Açores



☐ Outras medidas de especial relevo

- Regularização de todos os processos associados à Conta de Emergência
- Intensificação da cooperação científica e tecnológica com instituições do ensino superior e centros de conhecimento
- Aplicação de uma taxa reduzida de IRS (10%) às gratificações recebidas pelos bombeiros profissionais e voluntários

☐ Modernização do sistema

- Portal da Segurança Contra Incêndios em Edifícios
- Taxas moderadoras para bombeiros + simples (interoperabilidade entre o Recenseamento dos bombeiros e a base de dados do SNS)
- Desenvolvimento de quatro novos módulos do Sistema de Apoio à Decisão Operacional



☐ Melhor prevenção

- Execução e monitorização do Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária 2016-2020
- Incremento do número de Planos Municipais e Intermunicipais de Segurança Rodoviária
- Conclusão da instalação e ampliação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (radares fixos)
- Incremento do número de inspeções às condições de segurança das vias rodoviárias nas áreas de maior concentração de acidentes
- Implementação do Plano Nacional de Proteção da Circulação Pedonal e Combate aos Atropelamentos
- Dinamização do Programa Júnior Seguro nas escolas portuguesas
- Implementação de novas ações de sensibilização rodoviária, com recurso a diferentes canais de comunicação e o envolvimento de diferentes parceiros



□ Mais eficácia

- Desenvolvimento de um sistema de informação dos acidentes de viação, incluindo a respetiva georreferenciação
- Desmaterialização e simplificação processual através da ampliação das valências do Portal das Contraordenações e da partilha de informação entre as entidades com intervenção no setor rodoviário
- Avaliação da implementação da Carta por Pontos
- Agilização do processo contraordenacional através da modernização dos sistemas de informação e da melhoria da vertente administrativa, garantindo a decisão atempada dos autos

CARTA POR PONTOS

A cada condutor é atribuído um crédito inicial de 12 pontos

12 pontos



À MEDIDA QUE VÃO SENDO PRATICADAS CONTRA-ORDENAÇÕES, SÃO SUBTRAÍDOS PONTOS À CARTA:

-2 pontos

CONTRA-ORDENAÇÃO GRAVE
(3 se for por excesso de álcool)

-4 pontos

CONTRA-ORDENAÇÃO MUITO GRAVE
(5 se for por excesso de álcool)

-6 pontos

CRIME RODVIÁRIO
(condução perigosa, sem habilitação ou em estado de embriaguez)

NOTA: Não podem ser subtraídos mais de 6 pontos pela acumulação de infrações cometidas no mesmo dia (salvo as que respeitem ao álcool)

Portal de
Contraordenações
Rodoviárias



Reforço da participação democrática no processo eleitoral

- Introdução nas leis eleitorais para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e do Presidente da República, do Voto Antecipado em Mobilidade, eliminando as restrições objetivas ao exercício antecipado do voto
- Alteração do Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral com vista à eliminação do número de eleitor

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna,
privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

A. Visão Global

1. Grandes Opções do Plano para 2017
2. Indicadores Operacionais
3. Recursos Humanos

B. Orçamento do MAI

1. Perspetiva Histórica
2. Orçamento para 2017

C. Principais Medidas

D. Projetos

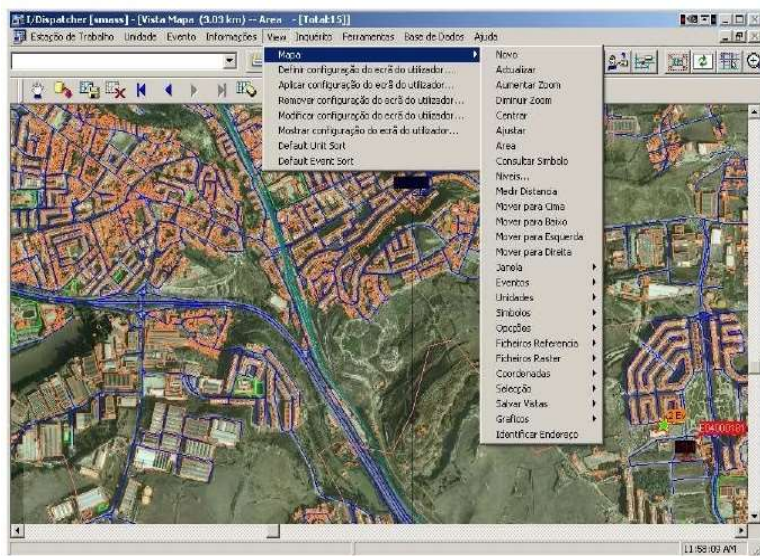
Rede Nacional de Segurança Interna



☐ Ações previstas em 2017

- Reforço da capacidade de comunicações dos Centros de Dados (Tagus Park e Contumil)
- Melhoria da solução de Balanceamento de acesso internet
- Incremento de terminais para comunicações VOIP para a PSP
- Rentabilização das soluções de rede de suporte ao 112.pt
- Remodelação da arquitectura de rede *wireless* da RNSI
- Actualização das soluções de cibersegurança da rede face às novas ameaças
- Solução de controlo de segurança de dispositivos móveis na rede RNSI
- Acesso remoto à RNSI

Rede SIRESP



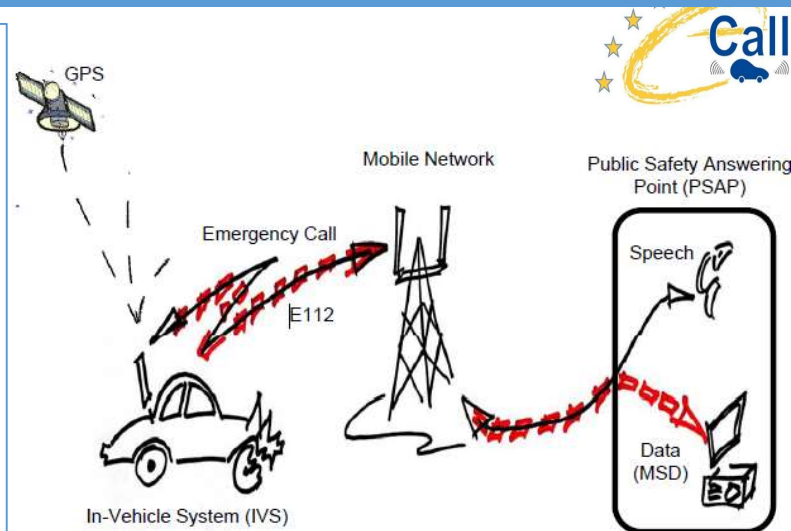
Ações previstas em 2017

- Melhoria da cobertura da rede com introdução de novas estações base rádio
- Manutenção e reparação das infraestruturas físicas da responsabilidade do MAI de suporte à rede
- Desenvolvimento de soluções e procedimentos de monitorização e supervisão da Qualidade de Serviço
- Nova aplicação de localização "Siresp ST" (localização absoluta) para os serviços do MAI
- Reforço do alargamento do "Siresp GL" aos Corpos de Bombeiros
- Maior integração entre as redes Siresp e RNSI

112

☐ Ações previstas em 2017

- Descontinuação dos PSAP distritais e concentração do atendimento 112 nos Centros Operacionais Sul e Norte
- Funcionamento pleno do atendimento a cidadãos com deficiência auditiva através da plataforma videochamada
- eCall no 112 e desenvolvimento da integração das centrais de atendimento dos fabricantes de automóveis
- Planeamento da implementação do projeto 112 nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores



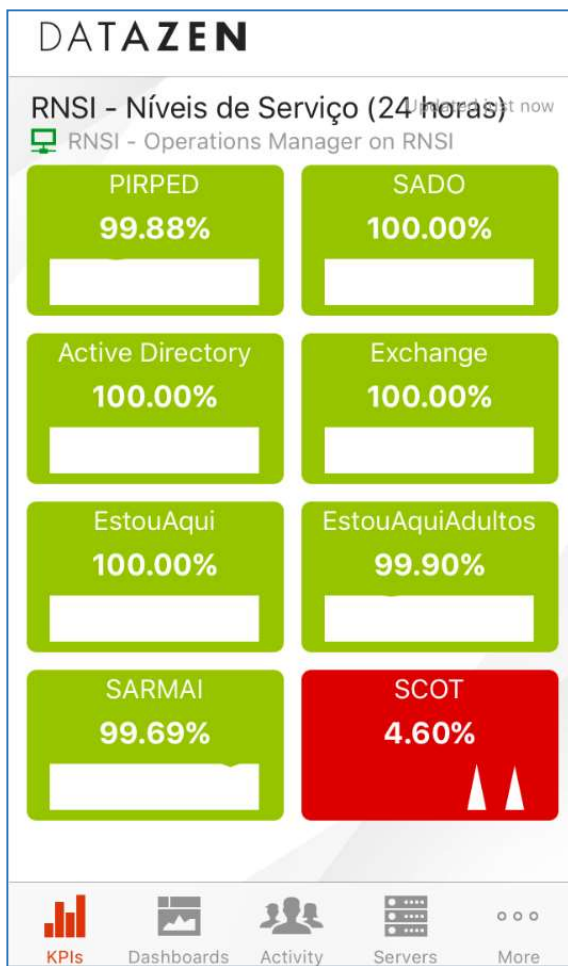
GeoMAI

☐ Ações previstas em 2017

- Demonstrações funcionais às entidades MAI
- Integração da informação geográfica da rede Siresp
- Solução de Comando e Controlo
- Integração da videovigilância disponibilizada na plataforma da RNSI
- Integração com o SADO da ANPC com melhoria de ferramentas de previsão de ocorrências
- Novas ferramentas de análises de dados e informação para apoio à decisão operacional



Modernização interna da SGMAI



- Ações previstas em 2017**
 - Evolução da supervisão de infraestrutura com dashboards e sala de gestão de sistemas e aplicações TIC
 - Continuação do desenvolvimento do SIGMAI com módulo de cadastro de infraestruturas físicas do MAI
 - Integração da gestão documental de contratação no Smartdocs com SIGMAI
 - Continuação da evolução da solução de suporte aos utilizadores da rede
 - Aplicação base dados de equipamentos da ANPC+SGMAI
 - Renovação Intranet do MAI e melhoria das intranets corporativas
 - Disaster Recovery com redundância geográfica dos diversos organismos

Simplex+ 2017

❑ Programa SIMPLEX+

Medidas a implementar até ao final de 2017:

- App MAI (mobilização de aplicações MAI)
- Certificação dos profissionais de segurança privada
- Licença para caçador + simples
- Multibanco nos autos de contraordenação na defesa da floresta contra incêndios
- Registo Individual do Condutor atualizado nas Regiões Autónomas
- Protocolo ANSR/ARAC
- Universidades e Politécnicos em rede com o SEF
- Passaporte para Passageiro Frequente
- App FIRERISK

❑ Outras ações previstas em 2017

- Informação ao cidadão de eventos de Protecção Civil
- Novo canal multimédia MAI nas Lojas do Cidadão com Muppies





FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)

Objetivo: Implementação, fortalecimento e desenvolvimento de uma abordagem comum da União Europeia para as questões do asilo, da imigração e da integração, promovendo uma gestão eficaz dos fluxos migratórios

Eixos: 1. Asilo; 2. Migração Legal e Integração; 3. Regresso; 4. Solidariedade

Dotação: Programa Nacional com dotação comunitária de 53,4 M euros (dos quais 20,7 M€ para os casos especiais de Reinstalação e Recolocação)

2016: Abertura de 10 avisos, com a dotação global de 28,1M€, ou seja, 53% da dotação global do fundo

2017: Prevista a abertura de avisos para a dotação de 25,3M€



Fundo para a Segurança Interna

Objetivo: Contribuir para assegurar um elevado nível de segurança na União Europeia

Eixos:

- “Cooperação Policial” - Prevenir a criminalidade, lutar contra a criminalidade transnacional grave e organizada, incluindo o terrorismo, e reforçar a coordenação e a cooperação (dotação – 18,9M€)
- “Fronteiras e Vistos” - Reforçar a capacidade dos Estados-membros e da União Europeia para gerir de forma eficaz os riscos relacionados com a segurança e as crises (dotação – 19,9M€)

2016: Abertura de 21 avisos, com a dotação global de 15,1 M€, ou seja, 39% da dotação global do fundo

2017: Prevista a abertura de avisos para a dotação de 16,2M€



Áreas de intervenção – Avisos abertos 2016	(euros)
Quartéis de bombeiros	7 000 000
Aquisição de veículos (bombeiros)	5 000 000
Infraestruturas proteção civil e veículos (GIPS e FEB)	1 200 000
Total	13 200 000

- O montante de 2016 pode ser reforçado para viabilizar a aprovação de candidaturas elegíveis até ao montante de 25,2 M€
- Valor de fundo executado em 2016 - 625 mil€
- Para o ano de 2017 está prevista a abertura de avisos com a dotação de cerca de 20 M€



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Orçamento do Estado para 2017

Ministério da Administração Interna

Modernizar e racionalizar o sistema de segurança interna, privilegiando a dimensão preventiva e o envolvimento da comunidade

novembro de 2016